

Desigualdade social e leite

Kennya B. Siqueira
Ygor M. Guimarães



As desigualdades sociais foram tema de discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) no final do ano passado em Nova York, Estados Unidos. Uma das informações que emergiu das discussões foi que “os 10 maiores bilionários possuem mais riqueza que os 40% mais pobres da humanidade”.

Estimativas da Oxfam afirmam que existem hoje no mundo 2,6 mil bilionários, com fortuna estimada em mais de 12,7 trilhões de dólares, ou seja, praticamente 14% do PIB mundial. E esse nível de renda atingiu patamares históricos pós-pandemia de Covid-19.

No Brasil, apesar do aumento da remuneração média, a desigualdade de renda também aumentou no período. De acordo com os dados da nona edição do boletim “Desigualdade nas Metrôpoles¹” O boletim é produzido em parceria por pesquisadores do Observatório das Metrôpoles, do Laboratório PUCRS-Data Social e da Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL), a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE.], os 40% mais pobres das regiões metropolitanas enfrentam um declínio da renda média nos últimos 7 anos. A renda dos mais pobres saiu de R\$ 515 em 2014 para R\$ 396 em 2021, o que representa uma queda de 23% no rendimento. Para o mesmo período, a inflação medida

foi de 60,4%, aumentando ainda mais a perda do poder de compra dos mais pobres.

O indicador usado para medir a desigualdade ao redor do mundo é o índice de Gini, cujos valores variam de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade de renda entre a população. O índice Gini de 0,518 mostra o Brasil como o 10º pior país em desigualdade (Tabela 1). Apenas países africanos, se saem pior. Assim, o Brasil continua no topo da concentração de renda do mundo e tem longo caminho pela frente para reduzir a desigualdade a níveis de países desenvolvidos.

Tabela 1.
Índice de Gini entre países selecionados.

Posição no ranking	País	Coefficiente de Gini
1º	Bélgica	0,260
3º	República Checa	0,262
102º	Estados Unidos	0,397
150º	Brasil	0,518
160º	África do Sul	0,630

Fonte: Banco Mundial.

A alimentação dos indivíduos é influenciada por uma ampla gama de fatores, incluindo fatores biológicos, econômicos, sociais, culturais e psicológicos. Dentre os fatores econômicos podemos citar, como os dois principais, o preço dos alimentos e a renda disponível.

O preço dos alimentos desempenha um papel fundamental nas escolhas alimentares. Alimentos saudáveis, como frutas, vegetais frescos e produtos integrais, muitas vezes tendem a ser mais caros do que alimentos processados e ultraprocessados. Preços mais elevados de alimentos saudáveis podem dificultar o acesso a esses alimentos para pessoas com renda mais baixa, levando a escolhas menos saudáveis.

A renda é um dos principais determinantes das escolhas alimentares. Pessoas com rendas mais elevadas, em geral, dis-

põem de mais recursos financeiros para gastar em alimentos e, portanto, têm mais flexibilidade para fazer escolhas alimentares saudáveis. Em contrapartida, famílias de baixa renda têm orçamentos mais reduzidos, o que pode limitar sua capacidade de compra de alimentos de alta qualidade e nutritivos.

O leite, por ser uma fonte considerável de proteína, gordura, cálcio e outros nutrientes apresenta extrema importância nutricional para a população mundial. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), estima que bilhões de pessoas consomem leite e seus derivados diariamente em todo o mundo. Nesse contexto, se torna relevante avaliar como as desigualdades de renda afetam o poder de compra dos indivíduos em diferentes faixas de renda em relação ao consumo de leite (Tabela 2).

Tabela 2.
Poder de compra de leite entre países selecionados.

País	Renda (em US\$)		Preço (em US\$)	Poder de compra (em L de leite)		Diferença do poder de compra
	10% mais pobres	10% mais ricos		10% mais pobres	10% mais ricos	
Bélgica	2.447	6.300	1,52	1.610	4.145	3x
República Tcheca	783	2.846	1,51	518	1.885	4x
USA	1.250	16.667	1,96	638	8.503	13x
Brasil	51	1.593	1,84	28	866	31x
África do Sul	18	390	1,08	17	361	21x

Fonte: Resultados da pesquisa.

Analisando os dados, pode-se observar que a diferença entre o poder de compra de leite entre os dois extremos de renda, é menor nos países mais bem ranqueados no Índice de Gini, ou seja, aqueles que apresentam menor desigualdade de renda. Os países europeus apresentaram uma diferença no poder de compra de leite de apenas 3 e 4 vezes na Bélgica e República Tcheca, respectivamente.

Apesar do menor preço do litro de leite ter sido registrado na África do Sul, os salários também são menores. Isso se reflete em um menor poder de compra de leite e coloca em xeque a segurança alimentar da população do país.

Por outro lado, o Brasil, apresentou a maior diferença entre a quantidade acessível de leite para os dois grupos de renda comparados no estudo. Assim, os brasileiros mais ricos conseguem comprar até 31 vezes mais leite que os brasileiros mais pobres.

Outro ponto relevante, é a diferença do poder de compra de leite entre os países. Enquanto na Bélgica, os 10% mais pobres conseguem comprar até 1.610 litros de leite por mês, no Brasil essa parcela da população consegue adquirir apenas 28 litros de leite no mês.

Esses dados mostram que fatores conjunturais de distribuição de renda nos países podem impactar significativamente o consumo de leite, especialmente em economias em desenvolvimento como o Brasil. Assim, o aumento do consumo de leite e derivados depende fortemente do aumento da renda da população e, conseqüentemente, da diminuição das desigualdades extremamente presentes no território nacional.

Kennya B. Siqueira é pesquisadora da Embrapa Gado de Leite e Ygor M. Guimarães é estudante de Ciências Econômicas da UFJF.